

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

**Demonstrações Contábeis (IFRS) referentes aos
períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Índice

| | |
|----------------------------------|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 08 |
|----------------------------------|----|

Demonstrações Contábeis

| | |
|---|----|
| Balanços patrimoniais | 09 |
| Demonstrações do resultado | 10 |
| Demonstrações do resultado abrangente..... | 11 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 12 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 13 |
| Demonstrações do valor adicionado..... | 14 |
| Notas explicativas às Demonstrações Contábeis..... | 15 |

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Acessopar Investimentos e Participações S.A. (“Acessopar” ou “Companhia”) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas. A Acessopar é uma companhia que tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades empresariais ou não, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em 02 de junho de 2023, a Companhia assinou o Acordo de Investimento definitivo com o Banco BV S.A., o qual adquiriu 99,99% de suas ações. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (closing), após cumprimento das condições precedentes. Por meio do acordo de investimento e closing da operação, a Acessopar passou a ser controlada pelo Banco BV S.A., que por sua vez, possui suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais (e não gerencias) do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Prejuízo Bruto da Acessopar foi de R\$ 15,1 milhões, 38,5% inferior ao mesmo período do ano anterior, quando registrou R\$ 24,7 milhões. A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com prejuízo de R\$ 14,9 milhões, queda de 40,9% sobre o prejuízo de R\$ 25,3 milhões registrado no mesmo período de 2022.

A administração da Acessopar agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

**Balancos patrimoniais
em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)**

| Ativo | Notas | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|-------|---------------|---------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 102 | 193 |
| Ativos fiscais correntes | 5 | 43 | 43 |
| Total do ativo circulante | | 145 | 236 |
| Investimentos em participações em coligadas e controladas | 6 | 14.943 | 25.761 |
| Total do ativo não circulante | | 14.943 | 25.761 |
| Total do ativo | | 15.088 | 25.997 |
| Passivo e patrimônio Líquido | | | |
| Circulante | | | |
| Outros passivos | 7 | - | 605 |
| Obrigações tributárias | 8 | 295 | - |
| Total do passivo circulante | | 295 | 605 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 9 | 40.593 | 40.593 |
| Ganho na alienação de participação | | 47.234 | 42.813 |
| Outros resultados abrangentes | | (56) | - |
| Prejuízos acumulados | | (72.978) | (58.014) |
| Total do patrimônio líquido | | 14.793 | 25.392 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 15.088 | 25.997 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações do resultado
em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)**

| | Notas | Exercício/2023 | Exercício/2022 |
|--|-------|-----------------|-----------------|
| Resultado de participação em coligadas e controladas | 6 | (15.183) | (24.688) |
| (Prejuízo) bruto | | (15.183) | (24.688) |
| Despesas gerais e administrativas | 10 | (7) | (643) |
| Outras receitas e despesas | | 523 | - |
| Resultado Financeiro | 11 | (54) | 4 |
| Receitas financeiras | | - | 5 |
| Despesas financeiras | | (54) | (1) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | (14.721) | (25.327) |
| Imposto de renda e Contribuição Social – Corrente | | (243) | - |
| Imposto de renda e Contribuição Social – Diferidos | | - | - |
| Prejuízo do exercício | | (14.964) | (25.327) |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações do resultado abrangente
em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)**

| | <u>Exercício/2023</u> | <u>Exercício/2022</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Prejuízo do exercício | (14.964) | (25.327) |
| Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado | (56) | - |
| Resultado abrangente total | (15.020) | (25.327) |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)**

| | Notas | Capital social | Ganho na alienação de participação | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total |
|---|-------|----------------|------------------------------------|-------------------------------|----------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 40.593 | (326) | - | (32.687) | 7.580 |
| Ganho na avaliação a valor de mercado | 9 | - | 43.139 | - | - | 43.139 |
| Resultado do período | | - | - | - | (25.327) | (25.327) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 40.593 | 42.813 | - | (58.014) | 25.392 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 40.593 | 42.813 | - | (58.014) | 25.392 |
| Ganho na avaliação a valor de mercado | 9 | - | 4.421 | - | - | 4.421 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | (56) | - | (56) |
| Resultado do exercício | | - | - | - | (14.964) | (14.964) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 40.593 | 47.234 | (56) | (72.978) | 14.793 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações dos fluxos de caixas
em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)**

| | Notas | <u>Exercício/2023</u> | <u>Exercício/2022</u> |
|--|-------|-----------------------|-----------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo do período | | (14.721) | (25.327) |
| Ajuste para: | | | |
| Equivalência patrimonial | 6 | 15.183 | 24.688 |
| Resultado ajustado | | 462 | (639) |
| (Aumento)/redução nos ativos operacionais | | | |
| Contas a receber | | - | 41 |
| Ativos fiscais correntes | | - | 40 |
| | | - | 1 |
| Aumento/(redução) nos passivos operacionais | | | |
| Outros passivos | 7 | (605) | 605 |
| Obrigações tributárias | 8 | 52 | (21) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | (91) | (14) |
| Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | | (91) | (14) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Saldo no início de exercício | 4 | 193 | 207 |
| Saldo no final do exercício | | 102 | 193 |
| Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Aumento/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa | | (91) | (14) |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstrações do valor adicionado
em 31 dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)**

| | Notas | <u>Exercício/2023</u> | <u>Exercício/2022</u> |
|--|-------|-----------------------|-----------------------|
| Outras receitas | | 523 | 5 |
| Insumos adquiridos de terceiros: | | | |
| Serviços de terceiros | 10 | (7) | (533) |
| Outros | 10 | - | (110) |
| Valor adicionado bruto | | 516 | (638) |
| Valor adicionado líquido produzido | | 516 | (638) |
| Valor adicionado recebido em transferência | | (15.183) | (24.688) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | (15.183) | (24.688) |
| Valor adicionado total a distribuir | | (14.667) | (25.326) |
| Impostos, taxas e contribuições | | 243 | - |
| Federais | | 243 | - |
| Remuneração de capital de terceiros | | 54 | 1 |
| Juros | | 54 | 1 |
| Remuneração de capital próprio | | (14.964) | (25.327) |
| Prejuízo do exercício | | (14.964) | (25.327) |
| Distribuição do valor adicionado | | (14.667) | (25.326) |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Acessopar Investimentos e Participações S.A (Acessopar ou Companhia) é uma sociedade empresarial de capital fechado constituída e domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Acessopar é Avenida Rebouças, 1368, Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05402-100.

A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades empresariais ou não, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. As Demonstrações Contábeis apresentam os resultados atingidos pela Companhia, além dos investimentos realizados para lançamento dos novos serviços, foco na evolução constante de produtos existentes e melhoria contínua na experiência de uso de seus clientes. As mesmas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Acessopar.

Em 02 de junho de 2023, a Companhia assinou o Acordo de Investimento definitivo com o banco BV, por meio de sua controlada o Banco BV S.A., o qual adquiriu controle acionário de suas ações, com 99,99% de participação. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (*closing*), após cumprimento das condições precedentes.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Seguindo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que estabelece as condições para dispensa de apresentação de Demonstrações Consolidadas, o Banco BV S.A., controlador da Acessopar, cujos proprietários foram consultados e não possuem objeção quanto à não apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas pela Acessopar.

Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

b) Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico ou valor justo, conforme aplicável, e com base na premissa de continuidade operacional das

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

operações. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC07.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Acessopar e suas controladas é o real, todos os valores apresentados nestas Demonstrações Contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há itens cujo estimativas e julgamentos sejam aplicáveis as estas Demonstrações Contábeis.

e) Autorização das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2024.

f) Participações societárias de controladas e coligadas

| Descrição | País | % de participação | |
|--|--------|-------------------|-------|
| | | 2023 | 2022 |
| UpSight Ltda. (UPSIGHT) (i) | Brasil | 0,00 | 0,01 |
| Ceiba Distribuidora e Comércio Ltda. (CEIBA) (i) | Brasil | 0,00 | 0,01 |
| Acesso Soluções de pagamento S.A (Bankly) (ii) | Brasil | 50,0 | 52,19 |

(i) Empresas encerradas em 11 de maio de 2023.

(ii) Em 20 de outubro de 2023, o BACEN publicou ofício aprovando a transferência do controle societário da Acesso Soluções de Pagamento S.A. – Instituição de Pagamento (“Bankly”), anteriormente detido pela Méliuz S.A. (“Méliuz”) para o Banco BV S.A. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (*closing*), após o cumprimento das condições precedentes. Desta forma, a Bankly passou para a condição de coligada e em consequência deixou de ser consolidada pela Acessopar Investimentos e Participações S.A.

3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Acessopar e suas controladas considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata, sendo resgatável com a própria entidade emissora, em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os impostos e contribuições sobre o lucro consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes (I) e diferidos (II). O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

I. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

II. Imposto diferido

O ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido pode ser reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações Contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que a Acessopar e suas controladas seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível;
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio;

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

- O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

c) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais, as informações financeiras das investidas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas Demonstrações Contábeis levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da controladora.

d) Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2023

- **Alterações no CPC 26** – Classificação de passivos em circulante ou não circulante: refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;

Alterações na divulgação de políticas contábeis: As alterações têm por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos normativos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou que as informações divulgadas atendem aos requisitos da norma;

- **Alterações no CPC 32** – As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;
- **Alterações no CPC 23** – Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas Demonstrações Contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial.

4. Caixa e equivalentes de caixa

31/12/2023

31/12/2022

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

| | | |
|--|------------|------------|
| Disponibilidades (Bancos - conta corrente) | 102 | 193 |
| | 102 | 193 |

5. Ativos fiscais correntes

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Imposto de renda a recuperar | 2 | 2 |
| Impostos e contribuições a compensar | 41 | 41 |
| Total | 43 | 43 |

6. Investimentos em participações

| Empresa | Capital social | Patrimônio líquido | | Resultado | | Quantidade de quotas | Participação capital social | Investimento | | Resultado de equivalência | |
|------------------------|----------------|--------------------|---------------|-----------------|-----------------|----------------------|-----------------------------|---------------|---------------|---------------------------|-----------------|
| | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | | | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Bankly (i) | 196.482 | 29.885 | 49.366 | (29.323) | (47.308) | 105.411 | 50,0% | 14.943 | 25.761 | (15.183) | (24.688) |
| Total coligadas | 196.482 | 29.885 | 49.366 | (29.323) | (47.308) | | | 14.943 | 25.761 | (14.662) | (24.688) |

- (i) Em 20 de outubro de 2023, o BACEN publicou ofício aprovando a transferência do controle societário da Bankly, anteriormente detido pela Acessopar para o Banco BV S.A. Desta forma, a Bankly passou para a condição de coligada com 50% de participação detida pela Acessopar a partir de novembro de 2023 (52,19% em 31 de dezembro de 2022), conforme detalhes na nota 2f.

7. Outros passivos

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|-------------------|------------|------------|
| Credores diversos | - | 503 |
| Fornecedores | - | 2 |
| Outras obrigações | - | 100 |
| Total | - | 605 |

8. Obrigações tributárias

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|------------------------------|------------|------------|
| Tributos federais a recolher | 295 | - |
| Total | 295 | - |

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Acessopar é de R\$ 40.593 (R\$ 40.593 em 31 de dezembro de 2022) totalmente integralizado em moeda nacional e está representado por 5.883.848 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que representam 100% do capital.

b) Ganho na alienação de participação

Em 02 de junho de 2023, o banco BV assinou o Acordo de Investimento definitivo para aquisição do controle acionário da Acessopar, por intermédio de sua controlada o Banco

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

BV S.A. A operação também incluiu a aquisição de 99,9% da ora controlada Bankly, que passou para condição de coligada. A aprovação pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ocorreu em 20 de outubro de 2023 e foi liquidada em 27 de novembro de 2023 (*closing*), após cumprimento das condições precedentes. Com isso, a Acessopar obteve o ganho de participação de R\$ 4.421 em 31 de dezembro de 2023.

Em maio de 2022, com aprovação da Méliuz S.A. como acionista minoritário na Bankly, houve a redução de participação acionária. Com isso, a Acessopar obteve o ganho de participação de R\$ 43.139 em 31 de dezembro de 2022.

c) Participações acionárias

| Descrição | País | Ações ordinárias | % de participação | |
|-------------------------|--------|------------------|-------------------|-------|
| | | | 2023 | 2022 |
| Banco BV S.A. | Brasil | 5.883.518 | 99,99 | - |
| Acionistas minoritários | Brasil | 330 | 0,01 | - |
| Méliuz S.A. | Brasil | - | - | 100,0 |

10. Despesas gerais e administrativas

| | Exercício/2023 | Exercício/2022 |
|--|----------------|----------------|
| Despesas com serviços de terceiros | (7) | (533) |
| Despesas comerciais e marketing | - | (5) |
| Outras despesas gerais e administrativas | - | (105) |
| Total | (7) | (643) |

11. Resultado financeiro

| | Exercício/2023 | Exercício/2022 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Outras receitas financeiras | - | 5 |
| Total | - | 5 |
| Despesas financeiras | | |
| Despesas com multas | (53) | - |
| Despesas bancárias | (1) | (1) |
| Total | (54) | (1) |
| Resultado financeiro | (54) | 4 |

12. Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo as empresas controladoras, os seus controladores e acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

A Companhia não realizou transações com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

13. Gerenciamento de risco

Considerando a reestruturação societária realizada ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme citado no contexto operacional, todo gerenciamento de riscos está em processo de integração pelo Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, e passará a contar com os processos descritos abaixo.

1) Processo de gestão de riscos

Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

a) Risco de crédito

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

b) Risco de mercado

Definição

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

c) Risco de liquidez

Definição

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a Companhia não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

Definição

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

- Situações que acarretem a interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

O risco social e ambiental são definidos, nos termos da Resolução CMN nº 4.943/2021, como a possibilidade de ocorrência de perdas para o Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, ocasionadas, respectivamente, por eventos associados à (i) práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou de interesses comuns, e (ii) atos de degradação do meio ambiente. O risco climático é definido, em suas vertentes, como risco de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e risco físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático

A gestão do risco social, ambiental e climático (GRSAC) do Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, cumpre os requisitos da Resolução CMN Nº 4.943/2021 e 4.945/2021 que estabeleceram, respectivamente, novas regras para a estrutura do gerenciamento integrado dos riscos social, ambiental e climático e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Observando o cumprimento da legislação pertinente, e as disposições normativas, a Companhia avalia os aspectos socioambientais e climáticos, de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade de que trata a Resolução CMN nº 4.557/2017, com os quais o cliente, fornecedor ou investida esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços.

Tangibilizando a importância do tema, o apetite de riscos (RAS) do Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social, ambiental e climático, sendo monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA). Adicionalmente, Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, elencou setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

No âmbito da concessão de crédito, o gerenciamento do risco social, ambiental e climático é realizado por meio de metodologias específicas de análise que determinam o Rating ESG, incluso no processo de atribuição do Rating de Crédito. Em contrapartida, a análise do risco socioambiental em projetos atende as diretrizes estabelecidas pelos Princípios do Equador (PE).

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

Em complemento a estrutura do GRSAC, Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, realiza a avaliação da exposição do portfólio de crédito aos riscos climáticos em suas duas vertentes (risco físico e de transição) e no período do teste de estresse climático. Informações adicionais do GRSAC estão disponíveis no website: ri.bv.com.br/relatoriogrsac/.

2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, e Circular nº 3.846/2017 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);

Acessopar Investimentos e Participações S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis
referentes a 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 que define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, entrou em vigor a partir de 03 de janeiro de 2022 e revogou a Resolução CMN 4.192/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.950/2021 e revogou a Resolução CMN nº 4.280/2013. Não houve impactos relevantes na apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial com esta alteração normativa.

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital, incluindo as metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri.

(ii) Suficiência de capital (visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6